

SESSÕES DO PLENÁRIO

99ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de novembro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (2º VICE PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Heber Santana comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 18 e 19/09/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. **(Oradores Inscritos)**

Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Srª LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Assessores, já que não tem nenhum deputado aqui neste Plenário, Srs. da Imprensa, fiz questão de subir a esta tribuna, mesmo com o Plenário tão vazio, para fazer uma denúncia sobre uma situação que

ocorreu em Camaçari no dia 2 de novembro, Dia de Finados: um incêndio na Secretaria de Infraestrutura e Habitação.

Esse já foi o terceiro incêndio depois da gestão do prefeito do DEM, que não é prefeito, em que eles tocaram fogo em sedes de secretarias no Município, inclusive também no Cartório Eleitoral. Denúncias de fraude, há por todo o canto. Eu fiz questão de vir aqui falar porque achei uma hipocrisia tão grande o deputado federal Paulo Azi ir à tribuna da Câmara dos Deputados dizer que vai solicitar à Polícia Federal uma investigação, como se essa prática não fosse a dele. Camaçari foi gerida pelo ex-prefeito Luiz Caetano durante 8 anos, e nenhum prédio, nenhuma sede de secretaria pegou fogo. Agora, com menos de 1 ano de gestão do DEM, já ocorreram quatro incêndios em nosso município.

Queria lembrar também que quem tem a prática de tocar fogo nos prédios e nos documentos da gestão pública aqui neste estado não somos nós. Os dois incêndios do Mercado Modelo, todo mundo lembra; o incêndio dos prédios do Tribunal de Contas de Salvador e do TCE, em 2012; o incêndio da sede da Secretaria de Educação, em 2003; e em 2014, se não me engano, da sede da Secretaria Municipal de Educação. Então, nós estamos chegando da Secretaria de Segurança Pública, eu, o deputado Bira Corôa e mais os vereadores da oposição de Camaçari, que fomos entregar formalmente um documento ao secretário solicitando...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputada, dê a presença, por favor, desculpe interrompê-la.

Volta o tempo da deputada, coloca aí 3 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) Então, como eu estava dizendo, quem tem prática de incendiar prédio público e documento público não somos nós. Foram 8 anos de gestão de Caetano, e nenhum prédio em Camaçari pegou fogo.

Por isso, nós estamos fazendo um apelo à Secretaria de Segurança Pública, iremos ao Ministério Público Estadual e solicitamos do secretário que também peça à Polícia Federal que investigue, porque os horrores que a gente tem sabido, principalmente na distribuição das casas do projeto Minha Casa, Minha Vida, em Camaçari, estão a olhos vistos. Todo mundo sabe que tinha um cadastro que estava sendo cumprido e que eles tocaram fogo também nesse cadastro para que realmente as coisas saíssem do jeito que eles queriam.

Mas amanhã vou falar melhor sobre essa questão, presidente.

Eu quero ainda também falar sobre o sucesso da carreta do rastreamento do câncer de mama no município de Camaçari, que é um programa do governo do Estado. Camaçari estava com uma demanda reprimida. Em 4 dias e meio, atendemos quase mil mulheres que não tinham a oportunidade de fazer esse exame. A Prefeitura Municipal prometeu que agora, no Outubro Rosa, faria esse exame, colocando um mamógrafo à disposição das mulheres, e foi tudo conversa fiada, pois não fizeram nada.

Quero agradecer ao governador Rui Costa e ao secretário de Saúde pelo atendimento. Nós tivemos direito a 3 dias com 160 atendimentos por dia. No último dia, quarta-feira, ficaram sobrando em torno de 600 mulheres para fazer o exame. Eu

fiz um apelo para o nosso governador, na pessoa do secretário Josias, que nos atendeu com mais uma carreta e mais 1 dia e meio de atendimento, quando conseguimos fechar o atendimento de todas as mulheres que correram para a sede da Associação de Moradores da Gleba e da ONG Casa de Luzia, onde estavam instalados os equipamentos.

Foi uma satisfação para a gente, apesar da situação caótica da saúde do município de Camaçari, mas pelo menos quase 1.000 mulheres tiveram a oportunidade de fazer o seu exame de rastreamento do câncer de mama. Nós esperamos e torcemos para que poucas mulheres sejam acometidas desse problema e para que, no início do mês de janeiro, os resultados estejam lá para darmos continuidade e atenção às mulheres que infelizmente tenham tido esse problema.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, faça uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pedido de verificação de quórum do deputado Rosemberg Pinto. (Pausa)

Mantém o pedido, deputado Rosemberg?

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Eu vou fazer uma solicitação ao deputado Rosemberg. Eu e o deputado Bira queríamos usar o Pequeno Expediente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu vou retirar, então.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Então é o seguinte: eu chamarei o deputado Luciano Ribeiro para assumir a presidência enquanto eu faço o uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Luiza Maia, você que nos assiste pelo canal *TV Assembleia*, queridos colegas da imprensa, imagine, Sr. Presidente, o caso de um motociclista com o IPVA e o licenciamento atrasados. É esse o tema que trago aqui a essa tribuna. (Lê) “O Código de Trânsito Brasileiro diz que o veículo que não estiver devidamente licenciado deve ser apreendido, removido pela autoridade, e o seu condutor, multado.

Discute-se hoje, em todo o País, a constitucionalidade ou não desta apreensão. Dizem alguns juristas que ela é inconstitucional. Equivale, por exemplo, à prefeitura interditar a casa de alguém pelo fato de existir dívida com o IPTU. Mas o que eu quero comentar aqui, Sr. Presidente, é outra faceta da questão.

O que o governo do estado da Bahia está fazendo atualmente com os proprietários de motocicletas na Bahia, por meio do Detran, é uma verdadeira escorcha...”, eu vou repetir, “(...) O que o governo do estado da Bahia está fazendo atualmente com os proprietários de motocicletas na Bahia, por meio do Detran, é uma verdadeira escorcha

Resultado da terceirização desmedida, deputado Zé Neto, das funções do Estado, que também chegou ao Departamento Estadual de Trânsito, em prejuízo do cidadão contribuinte.

Na maioria das vezes, é o que acontece.

Imagine-se, senhor presidente, o caso de um motociclista com o IPVA e o licenciamento de seu veículo vencidos, apanhados numa blitz, como essas que passaram a ser realizadas a todo momento em Feira de Santana.

A motocicleta irregular é apreendida, e logo de cara o contribuinte passa a dever R\$ 360 reais pelo serviço – eu disse R\$ 360 reais pelo serviço – do guincho da empresa que levará o veículo ao pátio, que é terceirizado pelo Detran.

Como o caminhão do guincho leva de 10 a 20 motos por viagem, de cada vez ele vai arrecadar entre R\$ 3.600 a R\$ 7.200 reais. É isso mesmo! Que a blitz seja realizada, mas o que acontece é um absurdo. Às vezes, a blitz é realizada a, digamos, 500 metros do pátio. Mesmo assim, o condutor, o proprietário do veículo, tem que pagar R\$ 360 reais. É o melhor negócio do mundo para as empresas de guincho e para quem explora o pátio onde os veículos são recolhidos.

Caso a apreensão ocorra num final de tarde de sexta-feira, esses pagamentos só poderão ser efetuados na próxima segunda-feira. E, nesse caso, o dono da moto vai pagar, entre guincho e estacionamento, nada menos que R\$ 510 reais – um valor absurdo, levando-se em consideração que, na maioria das vezes, as motos usadas valem entre R\$ 1.000 e R\$ 2.000 reais.

Isso explica, Sr. Presidente, a voracidade com que os envolvidos nessa operação vêm se dedicando à realização de blitz.

É tudo uma questão de arrecadação, movida por interesses de terceiros, que pensam apenas em ganhar dinheiro.

É claro que não estamos aqui defendendo que não se cobrem multas, que não se exija o pagamento do IPVA e do licenciamento. Não é isso, Sr. Líder do Governo, deputado Zé Neto. Mas nós não podemos concordar que o governo do Estado abra mão da função pedagógica das *blitz* e das multas, rendendo-se à sanha arrecadadora dessas empresas às quais entregou o serviço.” Isso é um absurdo!

Lá em Feira de Santana, amanhã, haverá um protesto puxado pelo vereador Marcos Lima. Ninguém aguenta mais. O Estado terceirizou e entregou a esses gananciosos, que estão se locupletando. Nós aqui entendemos que quem deve IPVA tem de pagar, mas não dessa forma, uma escorcha! Um guincho custa R\$ 360,00; a diária no pátio, R\$ 50,00.

Um absurdo! E aqui fica o meu protesto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra o nobre Líder da Oposição, deputado Leur Lomanto Junior, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, caro amigo deputado Luciano Ribeiro, na semana passada foi comprovado aquilo que nós da Oposição já

vínhamos afirmando aqui no Plenário desta Casa, mas que os deputados da Base do Governo insistiam em desmerecer: as críticas que nós fazíamos à política de segurança pública adotada pelo governo do PT ao longo desses 10 anos.

Os dados que foram passados à imprensa comprovam que a Bahia é o estado campeão em número de homicídios em todo o Brasil. E nós já vínhamos alertando a população baiana justamente sobre o caos em que se encontra a segurança pública aqui. E não foi diferente agora, nobre querido presidente Carlos Geilson, neste final de semana. Foram registrados 21 homicídios em Salvador e na Região Metropolitana de Salvador nesse feriadão, ou seja, da última quinta-feira até hoje.

E nós voltamos a chamar a atenção: o que está a fazer, deputado Zé Neto, Líder do Governo, o Governo do PT para resolver esse grave problema que é a falta de segurança pública que vive o estado da Bahia. E volto a reafirmar que não somos nós, da Oposição, que estamos a criticar; são os números de todos os estudos realizados por todos os institutos que comprovam aquilo que já alertávamos há muito e muito tempo.

Já falei aqui, mas vou repetir este dado: nos 10 anos de governo do PT, morreu mais gente aqui na Bahia do que em 10 anos no estado de São Paulo. E olha que aquele estado tem a população muito maior do que a da Bahia. E parece que os deputados da Bancada da Situação e o governador Rui Costa assistem a tudo isso de braços cruzados. Absolutamente nada está sendo feito para resolver este grave problema.

Se formos voltar à questão dos assaltos a bancos no interior da Bahia, continua tudo da mesma forma. Hoje, uma quadrilha assaltou o banco lá em Boa Nova e aterrorizou toda a cidade. Inclusive, o motivo do fechamento de vários bancos em cidades da Bahia é justamente esse: a falta de segurança em que se encontra o nosso estado, principalmente no interior. Os bancos resolvem fechar os seus estabelecimentos porque o Estado não oferece uma segurança mínima à população.

E esse quadro só vem se agravando, Sr. Presidente. É grave a situação da segurança pública na Bahia, e o governador Rui Costa continua assistindo. Ou assiste da China, para onde ele tem o costume de viajar, já foram mais de três vezes, ou de Cuba. Fica assistindo, viajando pelo mundo e nada de concreto traz para a Bahia, e as pessoas continuam morrendo, os bancos continuam sendo assaltados no interior do Estado, e o governador Rui Costa assistindo a tudo isso de braços cruzados.

Queria chamar a atenção também para o grave episódio que aconteceu na cidade de Correntina, onde diversos vândalos invadiram uma fazenda altamente produtiva de um grupo japonês, que gera emprego, que gera divisa, que gera receita para o estado da Bahia. Também não houve nenhuma ação enérgica por parte da Secretaria da Segurança, por parte do governador Rui Costa, que prefere, como é seu costume, assistir a tudo isso de braços cruzados, parecendo-me ser conivente com esses vândalos que invadiram uma fazenda altamente produtiva.

Ora, que pleiteiem, que se manifestem de forma legítima, ordeira, pacífica, mas o que nós não podemos assistir é a vândalos destruírem o patrimônio de empresários que estão lá a contribuir para o desenvolvimento e o crescimento do estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, servidores, eu ouvi os deputados Leur e Carlos Geilson. Deputado Leur, parece que V.Ex^a não leu as informações dos estudiosos a respeito da violência e da segurança pública. V.Ex^as confundem violência com segurança pública. Eu até entendo, pois, com a formação de vocês, é natural não entenderem dessa questão, mas a contabilização de crimes analisados é totalmente diferenciada entre os estados. Por isso que há essa distorção.

Se V.Ex^a perceber, no estado governado pelo partido de V.Ex^a, o Rio de Janeiro, há uma guerra civil todos os dias; são mortes todos os dias e todas as horas naquela cidade. E o investimento que o governo do Estado está fazendo em segurança pública aqui na Bahia para combater a violência... Talvez V.Ex^a não esteja lendo sequer os jornais de grande circulação no estado da Bahia.

Mas o deputado Carlos Geilson puxou um ponto aqui, deputado Zé Neto, V.Ex^a que é Líder do Governo. Primeiro, não é uma responsabilidade do governador Rui Costa, porque a minha filha sofreu esse mesmo problema aqui em Salvador, causado pela Transalvador. Cheguei a ligar para o meu colega, ex-deputado Bruno Reis, pra que ele pedisse 20 minutos para eu apresentar a guia que estava paga, que estava comigo aqui na Assembleia. Ele disse que não tinha problema, mas quando eu cheguei lá no Dique do Tororó, com a guia pronta – cheguei a mandar uma foto por telefone –, a Transalvador já tinha rebocado o carro, nessas mesmas condições.

Ou seja, não é algo do governo do Estado. Agora tem uma questão que é preciso deixar claro, que está acontecendo na minha região: lá tem quatro unidades da Ciretran – Ilhéus, Itabuna, Itapetinga e Vitória da Conquista –, porém me parece que o coordenador do Detran em Ilhéus é mais real do que o rei, está mandando fazer blitz em todos os lugares fora da sua área de competência. Eu já liguei para o diretor do Detran aqui, e ele me disse que iria suspender esse tipo de coisa. Mas essa pessoa lá se arvora em rei das blitz na Bahia, manda fazer blitz em tudo que é lugar, já falei para o governador Rui Costa! Pelo fato dele ser da Polícia Militar, se acha o proprietário do Detran na Bahia. Aí manda fazer blitz.

Outro dia eu estava aqui... No dia em que o governador foi ao município de Floresta Azul, ele mandou fazer uma blitz a 40 quilômetros. Todo mundo estava chateado com o governador, achando que tinha sido orientação dele, mas foi o gerente, o diretor do Detran de Ilhéus, que está, deputado Zé Neto, extrapolando a sua função, mandando fazer... aí vão o guincho, a Polícia Militar vinculada a ele. Quando apreendem os carros, tem que ligar para ele, para que resolva as questões, tirando a autoridade dos representantes do Detran nas regiões de Itapetinga, Jequié, Vitória da Conquista e Itabuna. Ou seja, é uma extrapolação da capacidade de gestão.

Nesse ponto, acho que nós precisamos criar um mecanismo. Eu não quero entrar nisso, mas o que o deputado Carlos Geilson levanta aqui é real. É preciso ter um controle sobre essa empresa de guinchos. Virou uma fábrica de fazer dinheiro com guinchos. Segundo o que se comenta nas regiões, é realmente uma festa onde se vê guinchos subindo e descendo, levando uma moto, duas motos, às vezes levando 50 motos num guincho e cobrando individualmente, o que é um absurdo, deputado Bira Corôa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:-Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, eu quero aqui fazer coro ao que levantou, agora há pouco, o nosso querido amigo deputado Rosemberg. Na minha cidade, as reclamações são muitas sobre alguns exageros que estão sendo cometidos na condução dessas blitzes, que são, inclusive, necessárias para coibir a evolução que há nas incorreções que estamos acompanhando em todo o Estado com relação aos motociclistas.

Nós, do governo do Estado, temos tido o cuidado de tratar esse tema dos motociclistas com muito zelo. Precisamos, sim, de fiscalizações adequadas que possam coibir o roubo de moto, que possam evitar que pessoas não qualificadas estejam circulando de motocicleta, gerando, inclusive, um alto índice de ocupação dos nossos hospitais; deputada Fabíola, especialmente, sabe o que estou dizendo, vem acompanhando o comitê de motociclistas criado aqui na Bahia. Hoje esses acidentes são responsáveis por mais de 60% de ocupação dos leitos de UTI do nosso Estado, em alguns lugares chegam até a 70% – não só dos leitos de UTI, mas também dos leitos de internamento.

Portanto, é preciso, sim, fazer um trabalho consistente, adequado, que tenha como objetivo melhorar o transporte dos motociclistas, melhorar o trânsito dos motociclistas, melhorar a saúde deles e as condições que nós temos para que esses que estão em cima de uma motocicleta sejam respeitados, contribuindo também para uma qualidade de vida no nosso Estado.

Mas isso é uma coisa, e isso nós estamos a defender. Mas nós não defendemos exageros, nem por parte das fiscalizações, nem por parte dos pátios, onde, na minha opinião, há uma cobrança um tanto quanto exagerada. A cobrança, hoje, de uma motocicleta no pátio, a diária de uma motocicleta, chega a custar mais de R\$ 300. É o que custa um carro grande, um ônibus, por exemplo. Sem contar que, em alguns casos – eu já ouvi esses registros, estou até conferindo para saber se realmente condiz, mas me parece que sim –, um guincho chega a cobrar R\$ 360 para transportar uma motocicleta.

Vi, agora há pouco, informações na rede social dizendo que em Muritiba e em uma outra cidade custa R\$ 300. Então quanto é? São R\$ 300, R\$ 360? Está caro! Eu vejo lá em Feira – e vi fotos –, cheguei a testemunhar um guincho com mais de dez

motocicletas; outro, com mais de 20. Então, essas blitzes, essas fiscalizações são necessárias, desde que não se cometam exageros.

Deputado Rosemberg, eu ouvi agora há pouco também o deputado da Oposição Carlos Geilson. Aliás, as incorreções não acontecem só nesse âmbito do Detran, porque me disseram que Salvador está na mesma situação, aqui na Prefeitura de Salvador.

Eu soube, nesta semana, que nos últimos dias, lá em Feira, já reduziram também o valor dos guinchos por conta desta polêmica que está sendo criada em torno dessas situações. Não se fala, aqui, em não fiscalizar! Se fala, aqui, em ajustar e ter um procedimento correto e adequado sobre como fazer e, ao fazer, não haver exagero.

Portanto, quero dizer a todas e a todos motociclistas que utilizam esse meio de transporte que, aqui nesta Casa, nós vamos fazer um debate sereno, sensato e certo para que possamos equacionar e levar ao governo do Estado a nossa opinião, a fim de podermos ter as fiscalizações adequadas, fiscalizações que possam melhorar a situação do trânsito dos motociclistas em todo o nosso estado. Que eles possam ser mais respeitados, que as documentações sejam adequadas, mas que estes procedimentos de fiscalização não ultrapassem o limite, nem da legalidade nem do bom senso.

Era o que eu tinha a dizer, e esta luta, podem ter certeza, nós vamos encarar para buscar soluções que possam trazer serenidade, responsabilidade e preços justos para estas situações que estamos, agora, a atacar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra à nobre deputada Dr^a Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, todos sabem da nossa história como militante do movimento médico, pois, de lá, vim, defendendo a saúde pública de qualidade, defendendo o SUS, defendendo a valorização dos médicos e, de um modo geral, todos os profissionais da saúde. Assim fui, durante anos, presidente da Sociedade de Oftalmologia da Bahia, diretora da Defesa Profissional da Associação Bahiana de Medicina. E, nesta Casa, nunca me furtei ao diálogo e à cobrança de todas as pautas em defesa dos médicos baianos.

Antes de me eleger deputada, fiz parte da comissão que criou ou minutou, dialogando com o então governador Wagner, o PCCV dos médicos. Estive lá com o então governador, que assinou e sancionou o PCCV. E foi uma vitória! Eu, ainda, não era deputada.

Depois, já deputada nesta Casa, fiz um grande diálogo com o nosso governador e pressão para que este plano fosse regulamentado.

Em seguida, diante da incapacidade ou, talvez, do atraso nas promoções e nas reclassificações, estive, recentemente, dialogando com o nosso governador, que promoveu a reclassificação de muitos médicos estatutários.

Ouvi, com preocupação, muitas matérias na mídia que contavam sobre o convênio entre Cuba e o Brasil, sobretudo na Bahia. Ora, convênios de cooperação técnica são bem-vindos. Cuba demonstra avanços na área de biotecnologia. Quanto aos convênios na área de ensino da saúde, idem. Nós temos um modelo que integra a docência com modelo assistencial.

Mas o que nos traz aqui hoje é nossa preocupação, porque, efetivamente, na Bahia, nós vimos, há muito tempo, defendendo concurso público, carreira de Estado, desprecarização dos vínculos trabalhistas, pontualidade no pagamento dos salários dos médicos.

Eu vi um esclarecimento do secretário Fábio Vilas-Boas. Lógico que o nosso governador Rui Costa pretende ampliar o campo de ensino integrando as universidades estaduais com os hospitais públicos, o que é bom porque amplia os campos de estágio. Isso é muito importante. O governador, também, estará viabilizando as bolsas de residência médica nas universidades estaduais, que, em sua maioria, não têm, pois não há esta integração.

Mas isso tudo me preocupa sobremaneira, porque tem que haver diálogo com as entidades médicas e com os colegiados de ensino que estão nas universidades. Onde faltam médicos, faltam também estruturas, além da oferta de serviços pontuais que não precarizem os vínculos trabalhistas, uma vez que isso causa, também, desassistência.

E, nesse ponto, a gente vem pontuar hoje, como já falou o documento da Sociedade de Anestesiologia, que reza que há interesse dos mais de 800 anesthesiologistas da Bahia em ter um vínculo trabalhista que não seja precarizado, em prestar serviços públicos. Então é preciso separar.

E nós vamos estar sempre aqui porque estamos deputada, mas médica eu sou: para defender a saúde; defender também os profissionais da saúde, defender especificamente os médicos que, ao se formarem em universidades, muitas vezes, quando saem dela, ao fazer residência médica, não encontram um número efetivo, por exemplo, de vagas nas áreas de anestesiologia, pediatria, que podem ser ampliadas por meio de bolsas; para garantir a oferta de estrutura; melhores cursos na graduação; o diálogo com as universidades, com os professores do colegiado, que, certamente, gostarão de uma política baiana para médicos baianos que fomentem a graduação, a pós-graduação, o ensino, a residência. E, aí, sim, teremos um verdadeiro modelo que associe a docência à assistência ao utilizar os nossos hospitais públicos e privados.

É isso o que eu defendo, sempre defendi, pois sou militante do movimento médico e defenderei o diálogo com o nosso governador para esclarecer efetivamente que a Bahia precisa valorizar os profissionais da saúde, valorizar os médicos com concursos, carreiras, pontualidade nos pagamentos, com vínculos trabalhistas decentes. Isso se chama dignidade.

Lógico, a saúde não é medicalocêntrica, mas o médico exerce um papel fundamental, também, na promoção e na prevenção. Por isso, os médicos e outros profissionais precisam ser valorizados desde a sua graduação.

E se esta é a proposta, como acredito que seja a do governador – ampliar as vagas, dialogar com entidades, dialogar com as universidades estaduais, ampliar o número de residências médicas pagas pelo Estado, melhorar a pontualidade dos pagamentos –, tenho certeza de que os médicos baianos farão a promoção e a prevenção da saúde da qual os baianos e as baianas precisam.

É isso que estarei sempre defendendo aqui: uma saúde de qualidade com a valorização dos profissionais da saúde.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Luciano Ribeiro. (Pausa) Com a ausência do deputado Luciano Ribeiro, concedo a palavra ao nobre deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu trago aqui, meu caro deputado Leur Lomanto, um tema, um assunto que na Bahia vai ser sempre atual, que é exatamente o problema da segurança pública, e eu quero começar, presidente, chamando a atenção para o problema no País inteiro.

A falta de segurança pública é um problema do Brasil inteiro, e o 11º Anuário Brasileiro da Segurança Pública nos traz dados estarrecedores. Para se ter uma ideia, aliás, já tem sido pronunciado daqui desta tribuna: em 2016, minha nobre deputada Angela Souza, no Brasil, nós tivemos 61 mil homicídios, 61 mil mortes por violência! É um número superior ao número de mortes de quando se deu a explosão da bomba nuclear na cidade de Nagasaki, no Japão, em 1945. No Brasil, em 2016, se teve mais mortes do que quando das mortes resultantes dos efeitos da bomba que dizimou a cidade de Nagasaki.

Ora, e o que é que a gente viu? O que é que fez o governo brasileiro, meu caro deputado Robinho, qual foi a providência que o governo tomou? Simplesmente reduziu os investimentos em segurança pública em mais de 10%, ainda no Orçamento planejado pela então presidente, que foi cassada, Dilma Rousseff. Portanto, a segurança pública tem sido um problema de ordem nacional, mas nós temos, meu caro presidente, na nossa Federação, 27 estados. São 27 estados que formam a Federação do Brasil. E qual é o estado campeão? Qual é o estado que está em primeiro lugar no número de mortes por violência? Nada mais do que a nossa Bahia.

Esse tema, meu caro deputado Zó, o tema da falta de segurança pública na Bahia, é um tema atual, é um tema de todos os dias. A Bahia consegue ficar à frente do Rio de Janeiro, consegue ficar à frente do estado de São Paulo, que tem três vezes mais habitantes do que a Bahia.

E a Bahia, meu caro deputado Gika, nas 61 mil mortes que houve por violência em 2016, a Bahia conseguiu contribuir com mais de 10%. Foram 7.110 mortes por

violência. Isso equivale, meu caro deputado Gika, isso é mais do que o dobro das mortes que houve na guerra civil do Afeganistão em 2015. É quase o dobro das mortes que houve em uma guerra civil no Afeganistão.

Portanto, nós estamos diante de um problema que afeta a nossa população no seu dia a dia. Por mais que o governo queira esconder, aqui são dados, aqui são fatos, e contra fatos não há argumentos.

No mesmo diapasão do governo federal, minha nobre deputada Angela Sousa, o governo do Estado deixou de investir em segurança pública, o governo do Estado diminuiu a sua intenção de investir na segurança pública, haja vista que no Orçamento de 2016 havia uma previsão de se investir R\$ 231 milhões, e ao final do exercício de 2016 apenas R\$ 30 milhões foram investidos na área de segurança pública na Bahia.

Portanto, meu caro deputado Robinho, esse é o principal motivo da falta de segurança pública em nosso estado. A segurança pública em nosso estado, em nenhum momento, foi prioridade para o governo. A segurança pública em nosso estado participa, em termos de investimentos, com apenas 0,14% do Orçamento do Estado...

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Vou concluir, deputada, vou concluir.

(...) Portanto...

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Para concluir, deputado! Para concluir! Porque nós não temos tempo...

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Vou concluir, eu gostaria que a senhora tivesse a mesma paciência que o presidente que lhe antecedeu teve com V.Ex^a...

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Eu tive, agora, o deputado Bira Corôa, nós estamos...

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Eu já vou concluir, já vou concluir.

(...) O fato está aqui...

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- A não ser que haja acordo para que os deputados falem, deputado...

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Está bom, deputada, eu vou encerrar, então. Agora vou pedir o contrário: vou gostar muito se, das outras vezes, quando estiver na tribuna, a senhora também for tão exata como está sendo comigo.

Muito obrigado.

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Com a palavra...

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Peço a V.Ex^a uma verificação de quórum porque eu sei que o deputado Bira Corôa quer fazer um belo pronunciamento e precisa que a Casa esteja aqui repleta de deputados. Eu peço que V.Ex^a abra o tempo de 15 minutos para que haja uma recomposição do nosso quórum...

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Zere o painel, verificação de quórum...

Vou lhe dar a questão de ordem, deputado Bira, mas antes quero explicar ao nobre deputado Hildécio que temos muito prazer em ouvi-lo, mas estávamos seguindo o tempo regimental para o Pequeno Expediente, e havia um acordo que permitiria a fala do deputado Robinho, do deputado Zó e do deputado Bira.

O Sr. Carlos Geilson:- Olhe, fora do Regimento não há acordo.

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- O.k. Esta Casa faz acordos seletivamente, então a gente vai seguir o Regimento. Já zerado o painel, questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Presidente, eu quero usar os 5 minutos a que tenho direito. Já que o painel já foi zerado, então não é mais uma questão de ordem, já prevaleceu a questão de ordem com os 15 minutos. Quero poder fazer meu pronunciamento da tribuna. (Pausa)

O Sr. Zó:- Questão de ordem, presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Vou conceder a questão de ordem durante a questão de ordem do deputado Bira. Peço que conceda, deputado...

O Sr. Bira Corôa:- Mas só tenho 5 minutos inscritos.

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Certo. Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu faço uso da palavra neste exato momento, primeiro, para chamar a atenção para um fato interessante que está ocorrendo no município de Camaçari.

Quero começar dizendo que o município de Camaçari celebra a abertura do Novembro Negro exatamente com um ato de exclusão quando convida militantes históricos, identitários da luta contra o racismo naquele município, mas não os cita, e ainda omite as premiações que essas personalidades estavam prestes a receber. Algumas dessas pessoas até ajudaram a construir, como Solange Borges.

Isso gerou, sem sombra de dúvida, todo um processo de repúdio da sociedade, mesmo porque a discriminação não foi apenas racial. Foi também intolerância religiosa porque as pessoas que foram excluídas das homenagens no dia da abertura feita pela Secretaria do Município foram exatamente aquelas pessoas ligadas a religiões de matriz africana e a grupos culturais negros do nosso município.

Vivenciamos isso no dia 1º, e no dia 2, em contrapartida a esse processo, o município de Camaçari foi surpreendido por um incêndio na Secretaria de Habitação e Infraestrutura municipal. Essa gestão já tem, nada mais nada menos, que 10 meses

na Administração, entrando no 11º mês, e o prefeito com seu grupo, por incompetência, ainda não perceberam que o palanque eleitoral já acabou. Não desceu, deputado Zika, do palanque, e ainda fica atribuindo, como se não fosse o gestor do município,... e o mais surpreendente é que quer transferir a responsabilidade e criminalizar o Partido dos Trabalhadores pelo tal incêndio.

Aí eu trouxe, no dia de hoje, um documento histórico para reavivar a memória deles e da Bahia. Quem é que tem a cultura de incendiário neste estado? É o grupo carlista, o grupo carlista é que tem o histórico de tocar fogo em documentos e instituições públicas sempre que é citado em uma investigação.

Para não ir muito longe, vou pegar da frente para trás, vou lembrar aqui de Salvador em 2013. Na gestão de ACM Neto – Salvador não se esqueceu ainda –, quando uma ONG que prestava serviços na educação à Prefeitura de Salvador estava sob investigação do Ministério Público, a Secretaria da Educação do Município pegou fogo. Exatamente as pastas em que estavam os documentos serviram de combustível para esse tal incêndio do qual até hoje não foram comprovadas as causas. Até hoje não se apurou, de fato, as consequências e as responsabilidades.

Não vou muito longe. Esta Casa, nobre deputada, também foi alvo de um incêndio em 2005. A 1ª e a 2ª Vice-Presidência desta Casa foram tomadas pelo fogo, pastas e documentos se foram. Ainda na gestão do grupo carlista, nós assistimos, no estado da Bahia, à Secretaria de Educação, no CAB, ser também alvo desse processo. Assim também foi com o Tribunal de Contas e com o Ministério Público. O surpreendente é que quem tem o histórico de incendiário não somos nós, do Partido dos Trabalhadores, é o grupo carlista.

Estou aberto para esse debate. Estivemos hoje na Secretaria da Segurança Pública para entregar um documento assinado pelo deputado federal Luiz Caetano, a deputada Luiza Maia, o nosso mandato e os cinco vereadores da oposição no município de Camaçari. O documento faz a solicitação de um delegado especial para acompanhar o caso, e que se possa, de fato, chegar aos verdadeiros culpados.

O Sr. Zó:- Questão de ordem, Srª Presidente.

O Sr. Robinho:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Temos uma questão de ordem do deputado Zó e também uma do deputado Robinho. Já ativamos o cronômetro para os 15 minutos, então... O deputado Zó havia pedido primeiro.

Deputado Zó, com a sua tolerância, questão de ordem do deputado Robinho.

O Sr. Robinho:- Neste momento de indignação, eu quero relatar aos colegas e a toda imprensa da Bahia o acontecido no município de Correntina, mais precisamente no distrito de Rosário. Rosário é tido como um dos maiores distritos da Bahia, não só em tamanho como em produção agrícola.

O que mais nos deixa estarecidos é a invasão e a destruição das instalações da Igarashi, uma empresa agrícola, do agronegócio, que se instalou no município de Correntina, mais precisamente em Rosário.

Essa invasão que aconteceu na empresa... A empresa do grupo Igarashi tinha 32 pivôs centrais. Desses 32 pivôs, 20 foram destruídos com a própria patrol da empresa. Vândalos usaram a patrol para destruir os pivôs centrais. Queimaram galpões, destruíram duas colheitadeiras, três caminhões, uma pá carregadeira, uma retroescavadeira e uma patrol. Foram 11 tratores agrícolas queimados.

A Igarashi planta em uma área de 2.500 hectares localizada em Rosário, a produção é de batata, cenoura, feijão, tomate, alho, cebola e outros produtos agrícolas.

Segundo os manifestantes, eles fizeram essa invasão por causa da irrigação. De acordo com os invasores – ou manifestantes –, a irrigação está secando o Rio Arrojado, que é afluente do Rio Corrente. Outro motivo: eles estão dizendo que o uso da energia nos pivôs centrais está causando queda de energia na região. De acordo com a Igarashi, a empresa tem autorização ambiental com autorização, a outorga, para uso da água, concedida pelo Inema, e hoje só utiliza 50% do volume de água liberado pelo Inema por meio das outorgas devidas.

Então nós vivemos...

O Sr. Adolfo Menezes:- Deputado, depois queria um aparte de V.Ex^a, se fosse possível.

O Sr. Robinho:- Com o aparte, deputado.

O Sr. Adolfo Menezes:- Deputado Robinho, é tanta desordem que a gente vê todos os dias nesse País, e esta Casa, praticamente, se não fosse V.Ex^a, faria de conta que não aconteceu nada, mais uma estupidez. Não conheço a empresa, a não ser pela imprensa, mas acompanhei o noticiário, foi uma estupidez, deputado Robinho, o que vimos acontecer. O Brasil, como a Bahia, precisando de tantos empregos, e a gente vê vândalos invadindo uma propriedade particular para fazer esse horror, como fizeram.

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- O deputado Alan Sanches me lembrava que não há aparte em questão de ordem, mas, devido o aniversariante do fim de semana ter sido o deputado Adolfo Menezes, esta Casa se congratula com V.Ex^a, permitindo-lhe a questão de ordem. (Palmas)

Para, então, concluir, deputado Robinho, para que permita também a questão de ordem do deputado Zó.

O Sr. Adolfo Menezes:- Essas palmas estão muito fracas, viu, Alan, eu estou sem moral.

O Sr. Robinho:- Bem, na realidade, deputado Adolfo, eu não conheço a empresa, não tenho convívio nenhum. Agora, o Brasil é conhecido como um autoprodutor, a produção brasileira é o que tem alavancado as riquezas do nosso País. Então, uma empresa está produzindo, gerando emprego, renda, e acontece uma atitude de vandalismo dessa.

Eu quero pedir ao governador do Estado que averigue isso com carinho, com atenção, para que isso não volte a acontecer. Isso gera uma situação muito negativa para o nosso estado. Eu quero analisar isso com carinho e tenho certeza de que o governo não é conivente com isso e vai tomar as devidas atitudes.

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Obrigada, deputado Robinho.

Questão de ordem do deputado Zó pelo tempo de 3 minutos restantes, antes de fazermos a verificação de quórum.

O Sr. Zó:- Eu só queria, primeiro, trazer uma notícia boa e depois uma notícia ruim. Uma, muito próxima, de assuntos muito parecidos. A primeira é que estava chovendo na Bacia do São Francisco, já começou a chover, a gente começa a se alegrar. Lá no Sertão, quando dá chuva, a gente fica que nem pinto no lixo, fica todo mundo alegre porque no Sertão chuva é coisa muito rara, mas também quando cai qualquer coisinha de água, ele se transforma.

Mas, paralelo a isso, recebi aqui a notícia de que o governo Temer decidiu enviar projeto de lei para a privatização da Eletrobras. Naturalmente, a água que chove na Bacia, que enche o Rio São Francisco, que irriga as lavouras, que projeta o crescimento econômico daquela região, também é a água que vai ser privatizada com esse projeto de lei que o presidente vai enviar ao Congresso Nacional.

E aí, pasmem: ocorrerá, primeiro, o controle do setor estratégico de energia, que influencia em tudo, nada se produz sem energia. Todos os produtos que se tem aqui, que a gente percebe ao olhar para um lado e para o outro, madeira, metal, pano, tudo para o que a gente olha aqui, é produzido através da energia. E a energia vai ficar sob o controle privado, principalmente o setor energético do Brasil, que é feito basicamente, potencialmente, pelas de hidrelétricas. A nossa CHESF, que é o nosso maior patrimônio, está nesse bolo.

O governo fala em arrecadar R\$ 12 bilhões, isso é metade do que foi dado de isenção ao Itaú, é menos do que os R\$ 16 bilhões que foram dados à bancada ruralista para ela votar pela permanência de Temer. Vão vender nosso setor estratégico e privatizar aquilo que é a maior riqueza do Nordeste, que é o Rio São Francisco.

A gente vive esperando uma boa notícia, como a chuva ou talvez o aceno de qualquer um dos governos para a recuperação do Rio São Francisco, que agoniza. O deputado Robinho falou há pouco de um afluente do Rio Corrente, que, por sua vez, é afluente do Rio São Francisco. Essa cadeia de rios é ameaçada no Brasil inteiro: aqui na Região Metropolitana do Salvador, em Tocantins, no Amazonas, no São Francisco, em São Paulo, na Região Sul, Sudeste. E o que vem é mais uma notícia maléfica, entreguista, sem vergonha, de um governo ilegítimo que quer entregar o nosso patrimônio, que é o Rio São Francisco.

Então, no dia 10 nós teremos uma mobilização, e essa mobilização, na nossa região, no Vale do São Francisco, terá que ser, principalmente, contra a privatização do setor elétrico e contra a entrega do Rio São Francisco por esse governo nefasto, corrupto e irresponsável do presidente Temer.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Dra. Fabíola Mansur):- Decorridos os 15 minutos regimentais, e não havendo quórum para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada, convocando outra para amanhã no mesmo horário.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.